



Expeça - se

Publique - se

 REQUERIMENTO Número / ( .ª) PERGUNTA Número / ( .ª)

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Na sua vinda à 8ª Comissão, o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares revelou ter encontrado facturas não-contabilizadas no Instituto do Desporto de Portugal no valor de cerca de 6 milhões de Euro; além de cerca de 2 milhões de euros entregues pela Santa Casa da Misericórdia ao abrigo dos protocolos do “Totonegocio” e que não foram utilizados para o fim a que estavam destinados.

A transparência das contas públicas é uma matéria a que o CDS atribui grande importância e que o país exige por parte das entidades e gestores dos dinheiros públicos. Os cidadãos têm o direito de conhecer e de exigir um cabal esclarecimento sobre a utilização e o estado do erário público; os governantes têm a obrigação e o dever de zelar pela boa organização da contabilidade pública.

As revelações do MAAP forçam tanto ética, como politicamente o CDS a fazer um pedido de esclarecimento e a requerer um maior de esclarecimentos sobre este assunto. Os contornos que rodeiam este assunto e divulgados pelo Senhor MAAP, como o número de pastas onde estavam os documentos, os montantes envolvidos ou o quarto onde foram encontradas as facturas são no mínimo rocambolescos e conhecidos ao pormenor.

É com enorme preocupação que os deputados do CDS ouviram as declarações do senhor Ministro: está em causa a credibilidade dos agentes públicos, não só face aos cidadãos, mas também face a fornecedores e colaboradores e às instituições internacionais com as quais Portugal assumiu compromissos de matéria de consolidação orçamental.

É preciso saber se este é apenas um caso isolados ou de alguma forma exemplificativo da forma como foram durante anos geridos o dinheiro dos contribuintes portugueses. Cabe também ao Parlamento fiscalizar os actos do Governo e para os deputados do CDS o tratamento desta questão deve ser também exemplar.

**Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Ex.ª, ao Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, resposta às seguintes perguntas:**

1. Quantas facturas não-contabilizadas foram encontradas no IDP?

1. Qual o valor e o número de facturas e quais os anos a que se reportam?

1. Quais os serviços/rubricas orçamentais a que dizem respeito?

1. A que prestadores de serviço dizem respeito?

1. Há outros organismos tutelados na mesma situação?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 24 de Agosto de 2011

Deputado(a)s

MICHAEL SEUFERT(CDS-PP)

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA(CDS-PP)

JOSÉ RIBEIRO E CASTRO(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)